

Sumário

Introdução	17
Parte I – Influência do estado liberal sobre a jurisdição e sobre o ordenamento jurídico brasileiro	21
1. Estado liberal e jurisdição	21
1.1. O primado da lei	21
1.2. O dogma da intangibilidade da vontade humana	24
1.3. A tutela ressarcitória como única resposta possível	29
1.4. Impessoalidade da prestação jurisdicional	30
2. Estado liberal e a crise de eficiência do processo civil clássico	32
2.1. Insuficiência da tutela gerada pela sentença condenatória	32
2.2. Ausência de tutela preventiva	38
2.3. Impossibilidade de “execução” em meio ao processo de conhecimento	40
2.4. Uniformidade de procedimentos	41
Parte II – Influência do estado social e da Constituição de 1988 sobre a jurisdição e sobre o ordenamento jurídico brasileiro	43
3. Do direito fundamental à prestação jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva ..	43
3.1. Estado social e sua influência sobre o ordenamento brasileiro	43
3.2. A teoria dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988	47
3.2.1. Aspectos gerais	47
3.2.2. Fundamentalidade e conceito dos direitos fundamentais	52
3.2.3. Os direitos fundamentais como princípios	53
3.2.4. Perspectivas objetiva e subjetiva dos direitos fundamentais	55
3.2.5. Uma classificação dos direitos fundamentais	57
3.3. Por um conceito contemporâneo de jurisdição	61
3.4. Eficácia do direito fundamental em análise e sua diferenciação em relação ao direito do do caso concreto	67
3.5. Limites à criação do procedimento pelo juiz	69
3.6. Jurisdição adequada e sua relação com a tutela específica dos direitos	80



4. A tutela específica dos direitos não pecuniários como instrumento de concretização do direito fundamental à prestação jurisdicional efetiva, adequada e tempestiva	87
4.1. Efetividade, acesso à justiça e tutelas diferenciadas	87
4.2. Perfil do processo civil contemporâneo	97
4.2.1. Expansão do uso da cautelar inominada	97
4.2.2. A tutela fundada na verossimilhança	99
4.2.3. Reconhecimento e autonomia das eficácias mandamental e executiva <i>lato sensu</i>	100
4.2.4. Satisfação do direito material em meio ao processo de conhecimento ..	111
4.2.5. Prioridade da tutela específica	112
4.2.6. Atipicidade das medidas sub-rogatórias (de execução direta). Direito à medida executiva adequada	114
4.2.7. Tutela preventiva para impedir a prática do ilícito	116

Parte III – Tutela específica dos direitos não pecuniários conforme Código de Processo Civil brasileiro

5. Evolução legislativa e abrangência da tutela específica	121
5.1. Evolução legislativa	121
5.2. Extensão da tutela	131
5.2.1. Obrigação de fazer	133
5.2.2. Obrigação de não fazer	133
5.2.3. Obrigação de entregar coisa	134
5.3. Fungibilidade e infungibilidade dos deveres e obrigações	135
5.4. Limites físicos, éticos e legais	137
6. Técnica e utilidade da tutela específica	138
6.1. Emprego da melhor técnica possível	138
6.2. Forma de atuação das medidas de coerção e sub-rogação	140
6.3. Classificação das tutelas quanto ao momento de incidência e forma de atuação	143
6.4. Utilidade da tutela específica	147
6.5. Tutela específica e resultado prático equivalente	152
7. Medidas de coerção (de execução indireta)	155
7.1. A multa coercitiva	155
7.1.1. Origem, natureza e hipótese de incidência	155
7.1.2. Aplicabilidade e eficácia (momento a partir do qual passa a incidir) ...	160
7.1.3. Valor, periodicidade e modificabilidade	166
7.1.4. Exigibilidade (momento a partir do qual pode ser executada)	171
7.1.5. Beneficiário da multa	177
7.1.6. Hipótese de improcedência do pedido	181
7.2. Problemática da resistência ao cumprimento das decisões judiciais	187
7.3. Impossibilidade de prisão civil. Configuração do crime de desobediência ...	192

8. Medidas de sub-rogação (de execução direta)	199
8.1. Aspectos gerais	199
8.2. Modo e momento de execução	200
8.3. Nomenclatura e não exaustividade	201
8.4. Adequação e critérios de escolha	204
8.5. Utilidade das medidas típicas	207
8.6. Ausência de hierarquia e atuação simultânea das medidas coercitivas e sub-rogatórias	209
8.7. Repercussões em relação à coisa julgada	210
9. Tutela ressarcitória pelo equivalente pecuniário	214
9.1. Conversão da tutela específica em perdas e danos	214
9.2. Reflexos processuais	221
10. Projeto de um Novo Código de Processo Civil	224
10.1. Projeto de Lei do Senado nº 166/2010: dispositivos legais relativos à tutela dos direitos não pecuniários	224
10.2. Quadro comparativo dos dispositivos legais referentes à tutela dos direitos não pecuniários: CPC de 1973 x PL nº 166/2010	230
10.3. Preservação das principais normas relativas à tutela dos direitos não pecuniários	234
10.4. Apontamentos acerca das inovações relativas à tutela dos direitos não pecuniários	235
Síntese conclusiva	239
Referências bibliográficas	247